

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	XIII
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 O Modelo Regulatório Brasileiro: um estudo comparado com o fenômeno norte-americano</b> .....	5
1.1 A regulação econômica nos Estados Unidos da América .....	6
1.2 O modelo regulatório brasileiro implantado a partir da década de 1990 .....	22
1.3 Processo de agencificação: uma análise comparativa entre o Brasil e os EUA .....	31
1.3.1 Federalismo e Tradição Jurídica.....	31
1.3.2 A posição das Agências no ordenamento jurídico de cada país .....	35
1.3.3 Autonomia, relação com os outros poderes e Legitimidade Democrática .....	36
<b>2 Os Tribunais e Agências Reguladoras: um estudo pragmático das instituições</b> .....	51
2.1 A separação de poderes: a evolução histórica do papel dos tribunais .....	52
2.1.1 Uma breve análise da evolução do princípio da separação dos poderes — de Aristóteles a Montesquieu .....	52
2.1.2 O papel contemporâneo dos tribunais: um verdadeiro poder político? .....	56
2.2 Tribunais, as agências e a “Nova Separação de Poderes” .....	67
2.2.1 O papel dos tribunais e a Teoria de Bruce Ackerman .....	68

2.2.2 Capacidades institucionais: um estudo pragmático das instituições .....	75
2.2.3 Interação entre Poder Judiciário e Agências Reguladoras: o paradigma norte-americano .....	79
2.2.3.1 <i>Skidmore et al. versus Swift &amp; Co.</i> (1944) .....	82
2.2.3.2 <i>Auer versus Robbins</i> (1997) .....	84
2.2.3.3 <i>FDA versus Brown &amp; Williamson Tobacco Corp.</i> (2000) .....	87
2.3 A Doutrina Chevron e sua evolução no âmbito do direito norte-americano .....	89
2.3.1 A doutrina Chevron: uma definição <i>ante casum</i> do intérprete preferido.....	91
2.3.2 Evolução de Chevron - <i>Step Zero</i> .....	98
<b>3 O Controle Judicial das Agências Reguladoras nos tribunais brasileiros .....</b>	<b>105</b>
3.1 O controle judicial dos atos regulatórios no Brasil .....	105
3.1.1 Da legalidade à juridicidade.....	107
3.1.2 A autocontenção irrefletida: a necessidade de um controle finalístico da regulação econômica à luz do conceito de juridicidade.....	112
3.2 Aplicação do caso Chevron ao contexto regulatório brasileiro.....	119
3.2.1 A qualidade regulatória no Brasil: o passo zero para se definir a aplicabilidade de Chevron .....	120
3.2.1.1 Da institucionalização das agências .....	122
3.2.1.2 Da procedimentalização do processo de tomada de decisão no âmbito das agências .....	131
3.2.1.3 O passo zero brasileiro: uma proposta de definição da aplicabilidade de Chevron com base na reputação da agência .....	136
3.3 Precedentes selecionados: argumentos em ação .....	147

3.3.1. Superior Tribunal de Justiça (STJ): Recurso Especial n. 1.803.137 – Rio de Janeiro .....	149
3.3.2 Supremo Tribunal Federal (STF): Análise prévia da decisão do Tribunal Regional da 1ª Região na Apelação/Reexame Necessário n. 2005.34.00.012752-0 – Distrito Federal .....	152
3.3.3 Agravo Regimental no Recurso Extraordinário n. 1.083.955 – Distrito Federal .....	155
3.3.4 Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.543 (ADI 5.543) – Distrito Federal.....	158
3.3.4.1 Voto (vencido) do Ministro Alexandre de Moraes .....	160
3.3.4.2 Voto (vencedor) do Ministro Edson Fachin, relator do processo.....	164
<b>Conclusão .....</b>	<b>167</b>
<b>Referências .....</b>	<b>173</b>